

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO**

*Desembargador do Tribunal de
Justiça do Rio de Janeiro.*

O velho Spinoza no remoto século XVII, em seu "Tractatus Theologico-Politicus", já ensinava que ninguém pode duvidar de que é muito melhor viver de acordo com as leis. Acontece que nos nossos tempos tem muita gente duvidando. E o resultado é desastroso para a sociedade.

Há uma articulação natural, disseminada como uma epidemia incontrolável, a partir das elites, que pretende diminuir o valor das instituições e os efeitos, que produzem no seu agir social. É uma articulação à sorrelfa porque lança, no descrédito, lado a lado, os bons e os maus, os bandidos e os mocinhos, criando, em um certo sentido, um padrão iconoclasta, capaz de assar todos na mesma fogueira. É uma articulação consciente, porque leva em conta que o desespero dos cidadãos não deixa espaço para o raciocínio lógico, de resto, reconhecidamente irritante, para quem não tem caráter.

Nas democracias, e viva Churchill que nos provou não haver outro regime político melhor, a organização dos Estados depende, necessariamente, de todos e de cada um. Não há salvação na democracia se não houver uma participação direta dos cidadãos, não importa em que situação de desespero se encontrem.

Um dos pontos cruciais da prática democrática é o processo eleitoral. O exercício do voto — não vale aqui discutir a natureza jurídica dele, nem se deve ser obrigatório ou facultativo — é a única forma de manifestação eficaz da vontade do cidadão. Ou se vota ou não se pode dizer o que se quer. É claro que muita gente solapa esse raciocínio sob o

* 03/09/1992

** Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 27/6/1996.

argumento da inutilidade do voto diante das traições freqüentes dos eleitos.

Fazem nas ruas um discurso; nos palácios agem diferente. E, o que é pior, não há punição porque as instituições simplesmente não funcionam. E, quando funcionam, são corporativas, aderem aos interesses menores, protegem os poderosos. E, vale acrescentar, as próprias elites se incumbem de insinuar o compadrio, confundindo, muitas vezes, as lealdades com a subserviência. E, tem mais ainda, a questão do dinheiro inunda as eleições com a imperativa paga de favores e compra de adesões. Essa realidade faz com que as lideranças apreciam a companhia do lado bandido, no qual proliferam aqueles que são competentes para esse tipo de conchavo.

Essa leitura distorcida tem uma consequência grave: como é fácil o discurso assim formulado, a adesão vem aos borbotões, todos engrossando as fileiras daqueles que julgam corrupto tudo o que se refere à vida pública (leia-se às instituições). É uma erronia que deve ser enfrentada com muito vigor. E a melhor maneira de enfrentá-la é agindo a partir das instituições, com manifestações e propostas destinadas ao aperfeiçoamento da vida democrática.

Mas, antes de qualquer crítica mal fundada, ou de qualquer proposta apressada, é bom saber que há remédios previstos para impedir certos males. Já me referi em outro artigo sobre o exemplo oferecido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no julgamento dos envolvidos nas fraudes do INSS. E, nesse momento, o Congresso Nacional dá testemunho do seu papel fundamental na vida democrática com o funcionamento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. É bom prevenir que essa Comissão Parlamentar de Inquérito não tem qualquer função executiva, nem lhe cabe pôr ninguém na cadeia. Cabe-lhe apurar os fatos e encaminhar o resultado do seu trabalho à Procuradoria Geral da República, ao Ministério Público Federal, que, pela Constituição de 1988,

tem a incumbência fundamental de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. É o Ministério Público que tem a responsabilidade de invocar a prestação jurisdicional, se encontrar, para tanto, apoio nos fatos apurados.

Agora, mais importante que tudo isso é a consciência da sociedade, a responsabilidade do cidadão. Há, até mesmo em decorrência dessa epidemia a que me referi ao início, uma vocação generalizada de desrespeito às instituições, às leis. E quando esse desrespeito é flagrado, mais fica reforçada essa vocação. E tudo se agrava ainda mais se os responsáveis não são punidos.

Com esse cenário, tem-se a medida da importância de fortalecer o funcionamento das instituições. O que é fundamental para a população é sentir que os responsáveis por desvios de comportamento, por afronta à lei, são efetivamente punidos, não importa em que posição social se encontrem. Crimes sempre são cometidos. A diferença é que nas sociedades nas quais as instituições funcionam os responsáveis são rigorosamente punidos. O resultado final, positivo, por exemplo no caso da CPI, é esperança renovada, é substituição do discurso pela prática, é oportunidade ímpar para desmistificar aqueles que denigrem as instituições, e, o que é melhor, é a chance histórica para reforçar a cidadania como marco da vida democrática. Só em uma democracia sólida as instituições não distinguem pobres e ricos, fracos ou poderosos, porque todos são cidadãos igualmente e devem submeter-se às leis vigentes. É por isso que Spinoza tem razão.